

Estados não devedores podem obter empréstimos do governo

Só Paraná, Bahia e Ceará passam “com louvor” na avaliação

por Alexandre Pinheiro
de Brasília

Paraná, Bahia e Ceará poderão obter autorizações do governo federal para fazer novos empréstimos para investimentos. A medida, que vai beneficiar uma dezena de estados com as finanças em dia, é uma forma de compensar os governadores que não precisavam da renegociação de dívidas patrocinada pelo governo federal. “Mas esses estados também terão que fazer programas de ajustes nas suas contas primárias e de desmobilização de patrimônio”, disse a este jornal um dos assessores do ministro Pedro Malan, da Fazenda.

A permissão para novos endividamentos será concedida com a aprovação de excepcionalidades à Resolução 2.008 do Banco Cen-

tral, que proíbe as instituições financeiras de emprestar recursos aos estados, municípios e empresas estatais. “Sete estados estão numa situação horrível, dez são recuperáveis e dez estão bem, sendo que três destes passam com louvor na nossa avaliação”, ressaltou a fonte da Fazenda, que participa da elaboração do pacote de socorro aos estados.

O assessor de Malan informou também que o governo federal pretende resolver a renegociação das dívidas estaduais caso a caso. “Podemos ir liberando empréstimos com juros mais baixos para o pagamento de Antecipações de Receitas Orçamentárias (ARO) e dar avais para captação de recursos externos”, exemplificou. Segundo ele, os casos “mais agudos” já

estão com os processos de negociação bem avançados.

Com relação aos estados com problemas com suas dívidas mobiliárias, o assessor explicou que o governo estuda duas possibilidades: a autorização para a rolagem de todo o montante da dívida ou a troca dos títulos estaduais por papéis federais. A proposta dos governos de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que querem o perdão de 30% da dívida mobiliária, não é cogitada pela Fazenda.

Segundo a fonte, Malan não vai apresentar ao senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), na quinta-feira, uma proposta global para a solução das dívidas dos estados. Bezerra, que é relator dos projetos que propõem a redução do comprometimento das receitas com o pagamen-

to das dívidas, anunciou, na semana passada, que encaminhará os projetos caso o governo não apresente uma proposta no encontro. Malan tentará mostrar ao senador que o problema dos estados não é destinar até 11% das receitas para quitar débitos, percentual alcançado por cerca de dez unidades da Federação.

A Fazenda considera o crescimento vegetativo da folha de pagamentos dos estados – em torno de 3% ao mês – o principal problema das finanças estaduais. Além de apoiar a reforma administrativa e de privatizar empresas, o governo quer dos estados o compromisso de que não serão feitas novas contratações de servidores públicos e de que os futuros reajustes salariais terão regras rígidas.